



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 25/06/2025

Responsável técnico: Valter do Carmo Correa; Diretor Superintendente: Antônio Mario Caneiro Pereira; responsável pela movimentação financeira: Wesley de Almeida Franco; Representante do Conselho Deliberativo: Silvana Ferreira Caetano.

Às 09 horas e 30 minutos do dia 25 de junho de 2025, atendendo à convocação, reuniram-se no Instituto os membros do Comitê que assinam abaixo. Dando início aos trabalhos, foi feita a leitura da ata da reunião anterior, após, o sr. Valter, diretor financeiro, procedeu à leitura da ordem do dia:

➤ Pauta:

- 1 - Cenário macroeconômico maio - 2025
- 2 - Carteira de Investimento maio -2025
- 3 - Evolução da Execução orçamentaria
- 4 - Previsão do fluxo de caixa
- 5 - Taxa de Administração
- 6 - Proposta de investimento e resgate

1- CENÁRIO MACROECONÔMICO MAIO – 2025

BRASIL

O mercado nacional, a curva de juros apresentou alta, especialmente nos vencimentos mais curtos e intermediários, refletindo as incertezas no campo fiscal, acentuadas pelo anúncio do aumento das alíquotas do IOF. Por outro lado, a bolsa local foi beneficiada pela expectativa de encerramento do ciclo de alta da taxa de juros.

Na parte fiscal, a primeira revisão orçamentária do governo central surpreendeu positivamente o mercado. Houve o anúncio de um contingenciamento de despesas públicas da ordem de R\$ 31,3 bilhões, acima das expectativas. Junto a esse anúncio, foi divulgado o aumento das alíquotas do IOF sobre diversas operações. No entanto, considerando os impactos adversos e a reação negativa de segmentos empresariais a respeito do aumento de alíquota, é provável que grande parte dessas medidas seja revertidas.

Em linha com as expectativas do mercado, o Copom elevou a taxa Selic em 0,50 ponto percentual, alcançando 14,75% ao ano. Embora tenha sinalizado a possibilidade de encerrar o ciclo de alta, o cenário de inflação acima do teto da meta, expectativas desancoradas e atividade econômica ainda resiliente justifica a manutenção de uma postura monetária mais restritiva.

Aqui, somente a título de exemplo da “Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ” para o IPCA, estimada e divulgada pela ANBIMA para o fechamento de 06.06.2025, a taxa de juros real com vencimento para 9 anos apresentava taxa de retorno estimada em 7,21% a.a., continuando acima da taxa máxima pré-fixada de 5,47% limitada pela SPREV para o ano de 2025.

O Ibovespa encerrou o mês com desempenho positivo, registrando valorização de +1,45%. No acumulado do ano, apresenta alta de +13,92% e, nos últimos 12 meses, avanço de +12,23%.

MERCADOS INTERNACIONAIS

Em maio, o cenário internacional foi marcado por uma melhora relevante no sentimento de risco global, impulsionada pela trégua tarifária entre Estados Unidos e China. Dessa forma, as bolsas globais encerraram o período em alta, beneficiadas pela redução das tensões comerciais. No entanto, dada a ausência de acordos definitivos, a economia global prevalece em um ambiente de elevada incerteza.

Nos EUA, o debate fiscal ganhou força com a piora nas contas públicas, que resultou na revisão negativa do rating. Propostas de corte de impostos e tensões geopolíticas, somadas à guerra comercial, elevaram as taxas de longo prazo e aumentaram a percepção de risco soberano.

Nesse cenário, o presidente do Fed destacou a cautela como principal orientação da política monetária. Onda, a taxa de juros será mantida até que haja maior clareza sobre os efeitos das tarifas e da incerteza fiscal. Embora a economia continue crescendo, é apontado repasses de custos aos consumidores e maior cautela nas contratações. Com riscos à inflação e dúvidas sobre o mercado de trabalho, o Fed adotou postura de espera, evitando decisões precipitadas em um cenário instável.

EXPECTATIVAS DE MERCADO

BOLETIM FOCUS

Mediana - Agregado	2025							2026						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,51	5,46	5,44	▼ (2)	148	5,34	63	4,50	4,50	4,50	=(4)	144	4,50	60
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,00	2,13	2,18	▲ (1)	110	2,26	41	1,70	1,80	1,81	▲ (2)	108	1,83	39
Câmbio (R\$/US\$)	5,85	5,80	5,80	=(2)	118	5,75	47	5,90	5,90	5,89	▼ (1)	116	5,80	47
Selic (% a.a)	14,75	14,75	14,75	=(5)	137	14,75	57	12,50	12,50	12,50	=(19)	135	12,50	56
IGP-M (variação %)	4,98	4,24	4,16	▼ (4)	75	3,90	29	4,60	4,60	4,55	▼ (1)	72	4,50	27
IPCA Administrado (variação %)	4,57	4,57	4,55	▼ (1)	106	4,40	36	4,29	4,29	4,31	▲ (1)	101	4,37	33
Conta corrente (US\$ bilhões)	-56,00	-56,00	-56,00	=(4)	37	-55,00	13	-52,90	-52,47	-52,47	=(1)	36	-55,50	13
Balança comercial (US\$ bilhões)	75,00	75,00	74,50	▼ (1)	39	74,85	14	78,60	78,55	78,00	▼ (1)	36	78,00	13
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	70,00	70,00	=(25)	36	70,00	11	70,00	70,00	70,00	=(11)	35	74,00	11
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	65,80	65,80	65,80	=(1)	52	66,12	16	70,15	70,13	70,10	▼ (1)	51	71,10	16
Resultado primário (% do PIB)	-0,60	-0,60	-0,60	=(24)	64	-0,60	19	-0,66	-0,66	-0,67	▼ (1)	63	-0,70	19
Resultado nominal (% do PIB)	-9,00	-8,89	-8,98	▼ (1)	50	-9,00	17	-8,51	-8,50	-8,50	=(3)	49	-8,50	17

Relatório Focus de 06.06.2025. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

CURVA DE JUROS E INFLAÇÃO

Taxa de Juros Real: A curva de juros real calculada pela ANBIMA, projetada em 06.06.2025, estima uma taxa real de juros de 7,21% a.a. para 9 anos.

Taxa de Inflação Implícita: A curva de inflação implícita calculada pela ANBIMA, projetada em 06.06.2025, estima uma taxa de inflação máxima de 6,44% a.a. para 9 anos.

Taxa de Juros Prefixados: A curva de juros prefixada calculada pela ANBIMA, projetada em 06.06.2025, estima uma taxa prefixada de juros de 14,11% a.a. para 9 anos.

2) CARTEIRA DE INVESTIMENTO MAIO - 2025

RENTABILIDADE DA CARTEIRA VERSUS META ATUARIAL

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Rent.Ano
2025	0,65	1,07	1,15	1,18	1,06	5,19
IPCA + 4,98%	0,59	1,7	0,93	0,82	0,67	4,79
p.p. indexador	0,07	-0,63	0,22	0,36	0,36	0,42

DISTRIBUIÇÃO

A carteira do IPRED encerrou o mês de maio de 2025 com um total de R\$ 13.077.805,19 de PL, sendo R\$ 5.762.755,45 pertencente à reserva previdenciária e R\$ 7.315.049,74 à reserva administrativa. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 135.845,90, que equivale a 1,06%, contra uma meta de 0,67%. A meta no ano foi de 4,79%, já a carteira do Instituto fechou com 5,19%.

A disposição dos recursos da carteira quanto aos segmentos do mercado é a seguinte:

- Renda Fixa (Art. 7º): 91,80%, totalizando R\$ 12.005.551,38;
- Renda Variável (Art. 8º): 0%, totalizando R\$ 0,00;
- Imobiliários (Art. 11): 8,20%; totalizando R\$ 1.072.253,81.

ESCLARECIMENTOS FREQUENTES

O Comitê renova esclarecimentos quanto a descapitalização dos investimentos do Instituto que vem ocorrendo mensalmente em razão das obrigações da folha de benefícios que, atualmente, está em mais 24 milhões de reais ao mês. As receitas auferidas de repasses de contribuições estão em quantidades inferiores aos gastos, incorrendo em redução do PL da carteira. O efeito disto é que, além da necessidade de desfazimento de posições de curto e longo prazo que poderiam render por mais tempo, também pode ocasionar o desenquadramento legal de certos investimentos, os quais exigem limite máximo em determinados percentuais, sendo que ao se reduzir o PL, os percentuais alocados ultrapassam os limites determinados tanto pela Resolução 4.963/21, quanto pela Política de Investimentos do Instituto. Assim, o RPPS fica obrigado a resgatar todo ou parte do recurso a fim de trazer o percentual alocado para dentro do limite legal. Essas ações, tanto para reenquadramento quanto para pagamento de despesas, podem ocasionar movimentações desfavoráveis quando a variação do investimento está negativa (VPD), ou seja, quando na ocasião do resgate o retorno do investimento está negativo em relação à aplicação inicial;

Acrescenta que o patrimônio líquido do IPRED, ou seja, a reserva que deveria garantir as obrigações futuras com os benefícios previdenciários foi quase integralmente utilizada, uma vez que se impôs a necessidade de utilizá-la para as obrigações presentes. Essa descapitalização do patrimônio se deve, como mencionado no parágrafo anterior, ao repasse insuficiente das receitas previdenciárias devidas pelo Ente. Embora, este esteja em dia com as competências mensais, está irregular com as dívidas dos Acordos de Parcelamentos e com a dívida da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. Além disso, as alíquotas atuais praticadas não dão conta do volume total dos benefícios previdenciários, os quais o IPRED deve garantir o pagamento. Em caso de falta de recurso para essas obrigações, o regramento federal determina que o Ente assumira esses pagamentos, repassando a diferença necessária que garanta a sua quitação, além de apresentar solução para equacionamento. Assim, tal urgência, como mencionado em reuniões anteriores, tem sido cientificada ao Conselho Deliberativo do IPRED para providências.

SOBRE OS BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII

Assim como vem sendo tratado em reuniões anteriores, a aplicação no fundo imobiliário Brasil Plural que, com o fechamento de maio, representa 8,2% da carteira e, por essa razão, encontra-se passivamente desenquadrada em relação ao limite máximo de alocação que é de 5%. O desenquadramento se deu em razão da redução do PL e seu impacto nos limites das aplicações. Este é um investimento de baixíssima liquidez, sendo que para o seu desinvestimento envolve oferta de cotas em mercado secundário por meio de corretora contratada.

Hoje, o Comitê realizou reunião com os Srs(as) Giovanni, Letícia, Priscila e Mauro, representantes da Genial e da Grid Investimentos para tratar sobre a questão da venda das cotas do fundo Plural Absoluto, conforme acordado em reuniões passadas. Eles Informaram que o fundo tem liquidez média diária de 200 mil reais; que não é interessante para o IPRED colocar à venda um montante muito alto de cotas num dia porque isso penaliza o preço. Também informaram que o fundo está em planejamento para a fusão com outros dois fundos do mesmo tipo, cuja finalidade é melhorar os produtos envolvidos pois, segundo disseram, haverá ganho de liquidez, valorização das cotas, diversificação de ativos, além de outros; e que no dia 11/07/25 ocorrerá assembleia geral de cotistas para deliberar acerca disso. Informaram que se o IPRED conseguir aguardar a fusão, caso seja aprovada, para dar a ordem de venda, poderá se beneficiar com esses ganhos.

Apesar disso, o Comitê deliberou que não irá aguardar a fusão pelas seguintes razões: Essas vantagens que a fusão poderá proporcionar não são garantidas, pois poderá haver fuga inesperada de cotistas e recepção negativa pelo mercado, penalizando o valor das cotas. Outra razão é que sendo aprovada a fusão, o fundo ficará fechado para movimentações por período incerto, até que todo o processo de fusão seja consolidado, e o problema disto

para o IPRED é que a posição desse fundo na carteira está desenquadrada passivamente e o prazo para enquadramento está se esgotando. E por fim, haverá um impedimento para RPPS's manter esse produto em sua carteira porque o Gestor do fundo será a Pátria Investimentos, gestora que não está credenciada na Secretaria de Previdência em razão de não aderir à exigência do Artigo 21, §2º, Inciso I da Resolução de 4963/21, quanto a instituição de comitê de auditoria e de riscos. Assim, após essa reunião, o financeiro irá dar a ordem para oferta das cotas do IPRED.

3 - Evolução da Execução orçamentaria

O Instituto fechou até o mês de maio com uma Receita Corrente de R\$ 39.487.539,04, Receitas Intraorçamentárias de R\$ 66.473.195,06, total de Receitas de R\$ 105.960.734,10. Despesas Administrativas

R\$ 2.250.841,59, Despesas Previdenciárias R\$ 124.121.643,37, total de Despesas R\$ 126.372.484,96, portanto fechando com um déficit financeiro de R\$ 20.411.750,86.

4 - Previsão do fluxo de caixa

Para o mês de junho a previsão é fechar com um saldo negativo de R\$ 13.675.700,00. Temos uma previsão de entrada de R\$ 11.000.000,00 de COMPREV para julho.

5 - Taxa de Administração

Em maio foi feito mais uma parcela do repasse da taxa de administração no valor de R\$ 1.040.000,00. Essa taxa refere-se aos 2,4% do que trata o artigo 84 da Portaria do MTP 1467/22 sobre o custeio dos RPPS. O valor total para o exercício de 2025 ficou em R\$ 10.406.152,42. O montante repassado até o momento está em R\$ 3.120.000,00

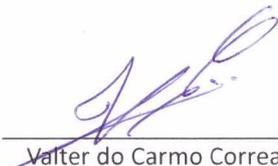
6 - Proposta de investimento e resgate

Para despesas e receitas previdenciárias o fundo a ser movimentado será BB RF DI TP FI, e a para as despesas administrativas é o fundo BB RPPS PERFIL e BB Previdenciário RF IRF-M1.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.



António Mario C. Pereira



Valter do Carmo Correa



Wesley De Almeida Franco



Silvana Ferreira Caetano